



O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

ANILTON DA SILVA ESTEVAM; SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO; MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo integrar o debate teórico e acadêmico ao panorama da formação territorial do semiárido nordestino bem como discutir como este interfere na agenda de segurança pública para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais residentes no semiárido da Bahia. Como proposta metodológica se utilizou a revisão bibliográfica sobre o tema, que permitiu a identificação dos conceitos necessários para a análise sob o olhar da Ecologia Humana das informações e a construção de elos de articulação. O Semiárido brasileiro, caracterizado por chuvas irregulares, temperaturas elevadas e baixa umidade, abriga a rica vegetação da caatinga. Tradicionalmente, a região era vista como área de atraso econômico, pobreza e êxodo rural. No entanto, pesquisas recentes revelam um grande potencial para a implantação de atividades sustentáveis, como ações agroecológicas, turismo sustentável e energia solar.

Palavras-chave: Ecologia Humana. Participação Social. Direitos Humanos. Polícia Comunitária. Povos Tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

A Ecologia Humana: Uma Abordagem Interdisciplinar

A Ecologia Humana, campo de estudo que analisa as inter-relações homem-meio ambiente, se torna crucial para compreender a formação territorial e as políticas públicas no semiárido. O homem, com sua capacidade de influenciar os ecossistemas, acelerou processos naturais como a erosão e a extinção de espécies, impactando a própria sobrevivência dos sistemas ecológicos (Ávila-Pires, 1983; Estevam; Azevedo, 2019a).

Deste modo, as pesquisas realizadas nesta área do conhecimento se apoiam sucintamente em três eixos, a saber (Estevam; Azevedo, 2019a):

a) Interdisciplinaridade

A Ecologia Humana integra conhecimentos de diversas áreas, como Geografia, Antropologia e Sociologia, para analisar as complexas relações entre o homem e o ambiente.

b) Comportamento Humano

As pesquisas em Ecologia Humana buscam entender o comportamento humano frente às diversas variáveis ambientais, como as secas e a escassez de recursos no semiárido.

c) Sustentabilidade

A Ecologia Humana defende a necessidade de práticas sustentáveis para garantir a sobrevivência do homem e do meio ambiente, especialmente em regiões como o semiárido.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Como proposta metodológica foi adotada a pesquisa qualitativa, orientando as análises

prioritariamente para a interpretação historiográfica (MALERBA, 2002), num contexto em que a metodologia principal se articula com o emprego dos métodos etnográfico e histórico-dialético. Esses métodos, sobretudo, serão utilizados quando da análise e interpretação global dos dados coletados no decorrer da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas Públicas no Brasil: Um Panorama Geral

As políticas públicas no Brasil, segundo Campos (2014), são ferramentas elaboradas para solucionar problemas sociais e promover o bem-estar da população. No entanto, a realidade do semiárido nordestino, com suas secas prolongadas e desafios socioeconômicos, exige um olhar diferenciado e ações eficazes para garantir a justiça social e o desenvolvimento sustentável (Estevam; Azevedo, 2019a).

1) Combate à Seca

As primeiras políticas públicas voltadas para o semiárido focaram no combate à seca, com a criação de obras de infraestrutura, como barragens e açudes, e programas de assistência social.

2) Desenvolvimento Regional

A partir da década de 1950, com a criação da SUDENE, o foco passou a ser o desenvolvimento regional, com investimentos em infraestrutura, indústria e agricultura.

3) Sustentabilidade

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, o discurso da sustentabilidade ganhou força, com foco em práticas de convivência com o semiárido e desenvolvimento sustentável.

Políticas Públicas de Segurança no Brasil: Um Breve Histórico

As políticas públicas de segurança no Brasil tiveram início com os Serviços de Ordenanças, subordinados aos senhores de terra, e evoluíram com a organização da estrutura militar oficial. A partir do século XIX, a Constituição de 1824 reestruturou as forças militares, prevendo a existência do Exército, milícias e guardas policiais (Aranha, 1997).

No que se refere as políticas de segurança pública no decorrer dos anos destacamos (Estevam; Azevedo, 2019a):

a) Séculos XVIII e XIX

As políticas de segurança pública nesse período se caracterizavam pela defesa dos interesses das classes dominantes e pela proteção das fronteiras e recursos nacionais.

b) Século XX

O século XX foi marcado por diversas revoltas populares, como a Guerra de Canudos, e pela intensificação do cangaço, que desafiou o poder do Estado e das elites.

c) Década de 1980

Com a redemocratização, o modelo de policiamento comunitário ganhou força, buscando aproximar os órgãos de segurança pública da comunidade.

Participação Social na Elaboração da Agenda de Segurança Pública (Estevam; Azevedo, 2019a; Estevam; Azevedo, 2019b)

A participação social na elaboração da agenda de segurança pública é fundamental para garantir a efetividade das políticas e atender às demandas da sociedade. O policiamento comunitário, que prega a aproximação entre a polícia e a comunidade, surge como uma alternativa ao modelo tradicional de policiamento.

Contudo observamos que na análise da participação social na elaboração da agenda de segurança pública devemos destacar:

Desafios

A participação social enfrenta desafios como a resistência institucional e a necessidade de mudanças na cultura organizacional das instituições policiais.

Benefícios

A participação social permite um ambiente de diálogo, escuta e negociação, onde diferentes atores sociais podem contribuir para a construção de uma agenda de segurança pública mais adequada às demandas da comunidade.

Políticas Públicas

A participação social é um princípio fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e democráticas, garantindo a representatividade e o acesso à justiça social.

O Semiárido Brasileiro: Uma Região de Diversidade e Desafios (Estevam; Azevedo, 2019a; Estevam; Azevedo, 2019b)

O semiárido nordestino, com sua rica cultura e história, enfrenta desafios socioeconômicos e ambientais. A região, historicamente marcada por secas e desigualdades sociais, precisa de políticas públicas eficazes para garantir o desenvolvimento sustentável e a justiça social, onde ser destacam os seguintes pontos:

Ocupação do Semiárido

A ocupação do semiárido ocorreu de forma dispersa, com a pecuária extensiva como atividade produtiva principal, e a agricultura de subsistência.

Combate à Seca

A partir do século XIX, o poder público passou a investir em projetos de grande porte para o semiárido, como a CHESF e a SUDENE, com o objetivo de combater a seca e promover o desenvolvimento regional.

Desafios Atuais

A região ainda enfrenta desafios como a pobreza, a desigualdade social, a escassez de recursos hídricos e a degradação ambiental.

Políticas Públicas de Segurança no Semiárido: Uma Abordagem Histórica

(Estevam; Azevedo, 2019a; Estevam; Azevedo, 2019b)

As políticas públicas de segurança no semiárido tiveram início com os Serviços de Ordenanças, que se confundiam com a defesa dos interesses dos senhores de terra. A partir do século XVII, a estruturação das organizações militares trouxe um novo modelo de segurança pública, financiado com verbas públicas.

Período	Características
Séculos XVI e XVII	Serviços de Ordenanças, subordinados aos senhores de terra, com foco na defesa de seus interesses.
Século XVIII	Organização da estrutura militar oficial, com financiamento público para o policiamento interno.
Século XIX	Cangaço e violência endêmica, com a atuação de grupos armados e a fragilidade do poder do Estado.
Século XX	Intensificação do tráfico de drogas, com o surgimento do "Polígono da Maconha" no Vale do São Francisco.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que as políticas públicas de segurança no semiárido, apesar de avanços, ainda enfrentam desafios. O modelo de policiamento profissional, com estruturas

hierarquizadas e regulamentos rigorosos, não se mostra eficaz na pacificação social. A filosofia de Polícia Comunitária, que prega a participação da comunidade na construção da segurança, surge como uma alternativa promissora, desde que seja implementada com base nos seguintes requisitos.

1) Justiça Social

As políticas públicas de segurança devem garantir a justiça social e o acesso à justiça para todos, especialmente para os mais vulneráveis.

2) Pacificação Social

A pacificação social exige a participação da comunidade na construção da segurança, com foco na prevenção e na resolução de conflitos.

3) Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário, com foco na participação da comunidade, é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, R. **Manual de Instrução Integrativa da PMBA**. 2^a. ed. Salvador: Garamond, 1997.

ÁVILA-PIRES, F. **Princípios de Ecologia Humana**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1983.

ESTEVAM, A. S.; AZEVEDO, S. L. M. Territorial Formation of the Nordeste Semiarid and Public Safety Policies. *INTERNATIONAL JOURNAL OF ADVANCED ENGINEERING RESEARCH AND SCIENCE*, v. 6, p. 22-30, 2019a.

ESTEVAM, A. S.; AZEVEDO, S. L. M. Public security agenda for the sustainability of the people and communities of the northwest semiarid. *INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH*, v. 09, p. 30136-30143, 2019b.

CAMPOS, J. N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. *Estudos Avançados*, Fortaleza, n.28, p.65-88, 2014.

MALERBA, J. **Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão**. *Varia História*, Belo Horizonte, v.18, n.27, p.27-47, 2002.